



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP
14801-425

SENTENÇA

Processo nº: 1000506-18.2018.8.26.0037
Classe – Assunto: Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem
Requerente: Filomena Aparecida Serafin Oliveira
Requerido: Air Canada e outro

Juiz de Direito: Dr. Rogerio Bellentani Zavarize

Vistos.

Trata-se de ação de indenização por dano moral, alegando que na viagem internacional descrita (São Paulo/Toronto) houve o extravio temporário de bagagem que descreveu. Requereu a procedência para obter condenação ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R\$15.000,00.

Dispensado o relatório (art. 38 da Lei nº 9.099/95), passa-se à motivação e à decisão.

O julgamento da lide no estado em que se encontra é possível, porque a matéria é de direito e de fatos já comprovados, sendo desnecessária a produção de outras provas, de modo a velar pela razoável duração do processo (art. 5º da Lei nº 9099/05 e arts. 139, II, e 355, I do Código de Processo Civil).

Inadmissível a tese de ilegitimidade passiva de ambas as rés.

A Convenção de Varsóvia prevê expressamente a responsabilidade solidária das companhias transportadoras, sendo facultado ao passageiro lesado optar pela cobrança em relação a qualquer delas:

“Artigo 36. 3. Em se tratando de bagagem ou carga, o passageiro ou expedidor terá direito de ação contra o primeiro transportador, e o passageiro ou o destinatário que tenha direito à entrega terá direito de ação contra o último transportador, e um e outro poderão, além disso, acionar o transportador que haja efetuado o transporte durante o qual se produziu a destruição, perda, avaria ou atraso. Esses transportadores serão solidariamente responsáveis para com o passageiro, o expedidor ou o destinatário”.

Portanto, fora de dúvida a responsabilidade tanto da primeira ré,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP
14801-425

companhia aérea responsável pelo último trecho da viagem da autora e perante quem reclamou, providenciando a entrega das bagagens, quanto da segunda ré, que disponibilizou as passagens para todo o trecho a ser percorrido, inclusive constando seu nome nos dois bilhetes (pág. 18).

Já se decidiu, em tal sentido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO DE DANOS MATERIAIS EM TRANSPORTE AÉREO. EXTRAVIO DE BAGAGENS – Sentença de procedência que condenou a companhia aérea ao ressarcimento integral da indenização paga à seguradora – Apelação da companhia aérea - Transporte aéreo internacional – Extravio temporário de bagagem – DANOS MATERIAIS - Entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral – Recurso Extraordinário n. 636331 e Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) n. 766618 – Prazo prescricional bienal aplicável à hipótese em testilha – Prescrição afastada – Responsabilidade solidária entre as empresas aéreas que realizaram o transporte de passageiros em regime de parceria - Limite indenizatório fixado pela Convenção de Montreal: 1.000 "DES" - Direito Especial de Saque – Danos materiais comprovados que se restringem ao limite indenizatório previsto na regulamentação internacional - Recurso desprovido. (TJSP; Apelação 1026164-86.2017.8.26.0002; Relator (a): Jonize Sacchi de Oliveira; Órgão Julgador: 24ª Câmara de Direito Privado; Data do Julgamento: 08/02/2018).

Ressalta-se que da única etiqueta da bagagem da autora consta expressamente os dois voos (AC7651 e UA148: pág. 20) que também estão identificados na sua passagem aérea (pág. 18), de modo que ambas respondem pelos danos causados à autora, pois não é possível afirmar o momento em que ocorreu o extravio temporário.

A viagem internacional é fato incontroverso. Assim também o momentâneo extravio da bagagem, posteriormente entregue à autora após o desembarque. Ela reclamou do extravio da bagagem no dia 06.08.2017 e a recebeu no dia 07.08.2017 (págs. 19).

Inicialmente, a requerente afirmou que a bagagem permaneceu extraviada por três dias, porém, em réplica, não impugnou especificamente a alegação nem os documentos anexados aos autos pela primeira ré, cujo teor indicam a entrega da bagagem em 07.08.2017 (págs. 213 e 216). O comprovante trazido aos autos pela autora também indica o dia 07.08.2017 como a data da entrega da mala (pág. 19).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP
14801-425

Incide na espécie o disposto no art. 411, III do Código de Processo Civil, segundo o qual "Considera-se autêntico o documento quando: não houver impugnação da parte contra quem foi produzido o documento".

A autora embarcou no dia 05.08.2017, chegando a New Jersey, para conexão, no dia seguinte. Novo embarque ali efetuou, para o destino final, Toronto, onde se surpreendeu com a falta de sua bagagem.

Alega a autora que pelo período em que ficou sem a bagagem, não pode tomar medicamentos de uso contínuo (págs. 304/306), os quais, segundo as rés, devem ser levados na bagagem de mão para evitar situações do tipo.

Entende que tais fatos ultrapassam o mero dissabor e que é devida a reparação moral.

Primeiramente é caso de estabelecer as premissas legais para o exame do caso a envolver perda de bagagem em transporte aéreo internacional.

A Convenção de Montreal é aplicável e prevalece sobre o Código de Defesa do Consumidor. A divergência antes existente na jurisprudência foi resolvida pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Recurso Extraordinário representativo de controvérsia nº 636.331, com a fixação da seguinte tese:

"Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor"

A Convenção também dispõe que a responsabilidade pela perda, avaria ou destruição de bagagem ou de carga é objetiva do transportador, enquanto na aeronave ou sob seus cuidados (Stoco, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil, 9ª ed., RT, 2013, Tomo I, p. 483). É a mesma do Código de Defesa do Consumidor, de modo que, conquanto prevaleça aquela, não há tratamento desigual.

De todo modo, não houve pedido indenizatório por qualquer dano material. Apenas pretende a reparação pelo dano moral, que não tem limite estabelecido na Convenção.

Quanto à indenização pelo dano moral derivado da perda ou extravio de bagagem, o juízo passa a se posicionar pela fixação no valor de R\$6.000,00, seja em viagens domésticas ou mesmo internacionais. Em casos nos quais a parte se vê privada apenas temporariamente de sua bagagem – ou seja, não há perda – reduzimos o valor ao patamar de R\$3.000,00.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP
14801-425

Nesse sentido:

"RESPONSABILIDADE CIVIL – Dano material e moral – Extravio temporário de bagagens – Ação julgada parcialmente procedente, reconhecendo o direito à recomposição integral dos danos materiais, estes arbitrados em R\$ 6.650,00 e à indenização por dano moral, esta arbitrada em R\$ 3.000,00, dividindo os ônus da sucumbência – Insurgência pelo autor, pleiteando majoração da indenização por danos morais e revisão da sucumbência – Acolhimento parcial – Indenização por dano moral que se mostra adequada, considerando que o extravio foi temporário (durou apenas alguns dias) e não permanente – Reconhecimento, ademais, do direito à recomposição integral do dano material que torna o plus de R\$ 3.000,00 adequado ao abalo interno experimentado pelo autor – Acolhimento do pedido de majoração, quanto mais para R\$ 15.000,00, que ocasionaria enriquecimento indevido, violando o propósito reparador do instituto 'dano moral' – Fixação de indenização abaixo do patamar pretendido que não implica sucumbência recíproca, a teor do contido na súmula 326/STJ – Ação, portanto, que fica julgada procedente – Rés que ficam responsável, de forma solidária, pelo pagamento das indenizações e pelos ônus da sucumbência, com honorários arbitrados em 15% sobre o valor da condenação – Honorários recursais que são devidos ao vencedor, a teor do quanto contido no art. 85, §§ 1º, 2º e 11º, do CPC, ficando estes arbitrados em 5% sobre o valor da condenação, dado o trabalho realizado em segundo grau de jurisdição – Sentença parcialmente reformada – Recurso parcialmente provido." (TJSP; Ap. nº 1040346-14.2016.8.26.0002; Rel.: Jacob Valente; 12ª Câmara de Direito Privado; j.: 20.09.2017).

O dano moral pelo transtorno causado é certo e presumido. O lesado tem contratemplos e se vê desviado de suas finalidades principais. A situação gera desconforto e não pode deixar de ser reconhecida. A obrigação assumida pela empresa de transporte é de resultado, devendo entregar o consumidor e a sua bagagem dentro dos horários ajustados. Mas nem por isso a indenização poderá ser despropositada, pois do contrário perder a bagagem passará a ser bom negócio.

A correção monetária incide desde a sentença de arbitramento, de acordo com a uniformização da jurisprudência pelo Superior Tribunal de Justiça (Súmula nº 362). Os juros moratórios devem seguir o mesmo termo, pois haverá evidente descompasso se retroagirem à data da citação ou do próprio ato que originou a ação, pois ainda não existia o arbitramento da indenização. Neste



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP
14801-425

sentido, há indicação da doutrina (Cahali, Yussef Said. Dano Moral. RT, 4ª Ed., 2011, p. 639) e precedentes do Superior Tribunal de Justiça (REsp n. 903.258/RS; rel. Ministra Maria Isabel Galotti) e do Tribunal de Justiça de São Paulo confirmando sentença por nós proferida, mantendo a incidência dos juros mora desde a sentença de arbitramento da indenização (Ap. nº 1000482-02.2015.8.26.0067; Rel.: Jovino de Sylos; 16ª Câmara de Direito Privado; j.: 31.01.2017).

O pedido inicial não foi acolhido quanto ao valor pretendido, mas em razão de a indenização se basear em arbitramento judicial, não se trata de procedência *em parte*. Assim se justifica com fundamento nos termos da Súmula nº 326 do Superior Tribunal de Justiça ("Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca"). A situação não foi alterada com o art. 292, V do Código de Processo Civil de 2015, apenas indicativo de que o valor da causa deve corresponder à soma dos pedidos nas ações de indenização, não modificando a natureza da indenização por dano moral, que é sujeita a arbitramento.

Para os fins do art. 489, §1º, IV do Código de Processo Civil, não há outros argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada e que não tenham sido considerados e valorados.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE o pedido para condenar as rés ao pagamento de indenização pelo dano moral no valor de R\$3.000,00, com correção monetária de acordo com a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo e juros de mora (termo inicial: data da sentença).

Não há sucumbência nesta fase (art. 55 da Lei nº 9.099/95).

O recurso cabível é o inominado (art. 41 da Lei nº 9.099/95). O preparo compreende as custas dispensadas em primeiro grau (art. 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95 e art. 4º, I e II da Lei Estadual nº 11.608/03, com as alterações da Lei nº 15.855/15); é a soma de 1% do valor da causa ou cinco Ufesp (o que for maior), mais 4% da condenação ou cinco Ufesp (o que for maior)

Por força do art. 52, III, da Lei nº 9.099/95, a parte vencida desde já fica ciente: 1) incidirá multa de 10% sobre a condenação se não for paga em quinze dias após o trânsito em julgado, mediante oportuna intimação, conforme art. 523 do Código de Processo Civil; 2) se o débito não for pago, o nome do devedor poderá ser anotado no SPC, e poderá ser expedida certidão para protesto da sentença condenatória (art. 517 do Código de Processo Civil).

Após o trânsito em julgado, em caso de depósito para cumprimento da condenação (antes de instaurada a execução), seguido de concordância (ou



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA DOS LIBANESES Nº 1998, Araraquara-SP - CEP
14801-425

silêncio) da parte credora a respeito, expeça-se mandado de levantamento.

Após, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Araraquara, 08 de agosto de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006